

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA PARANGABA: PATRIMONIALIZAÇÃO, RESSONÂNCIA E NARRATIVAS.

ANTÔNIO LUCIANO DA SILVA JÚNIOR¹
DIEGO LEMOS RIBEIRO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – antoniolucianodsj@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – drlmuseologo@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A Estação Ferroviária da Parangaba se localiza no bairro Parangaba, em Fortaleza, CE e teve seu pedido de tombamento provisório feito em junho de 2006, feito a partir de um grupo de turismólogos moradores do bairro que também previa nesse pedido a preservação de outros bens imóveis localizados no bairro, como a Igreja do Bom Jesus dos Aflitos da Parangaba e a Casa de Câmara e Intendência da Villa de Porangaba. Um ano depois, o Metrô de Fortaleza (METROFOR) planejou demolir a estação para construir um elevado para o novo VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).

No entanto, devido à mobilização social liderada pelo Comitê Pró-Tombamento da Estação de Parangaba (CPTEP), composto por moradores locais e outros apoiadores, dentre eles historiadores, turismólogos, engenheiros e, juntamente com instituições acadêmicas, de memória e políticas interessadas na preservação da estação, a demolição foi evitada com pedido enviado ao Ministério Público, instaurando uma querela entre setores da Prefeitura de Fortaleza e o METROFOR, impedindo a demolição do patrimônio ferroviário e, além disso, acelerando o que seria o tombamento definitivo dessa estação. Desse modo, essa mobilização social conseguiu obter o status de tombamento definitivo para a estação junto à FUNCET (Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza), agora conhecida como SECULTFOR (Secretaria da Cultura de Fortaleza), por meio do decreto 12.313/2007, datado de 13 de dezembro de 2007.

O pedido de tombamento da estação é tido como um dos primeiros feitos pela sociedade civil do Estado do Ceará. No que tange ao processo de patrimonialização desse bem, não apenas local, mas federal, a Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, atribuiu ao IPHAN a tarefa de cuidar e administrar dos valores históricos, artísticos e culturais advindo dos bens ferroviários nacionais. Além disso, entre o tombamento provisório e definitivo, que leva em torno de um ano para se concluir, o processo de preservação da Estação passa por uma peripécia arquitetônica inédita no Brasil, pois foi através do rebaixamento desse bem patrimonial que se “solucionou” - resultado de um acordo entre a METROFOR e a Prefeitura de Fortaleza - a questão em pauta entre apoiadores da preservação do bem e os que ainda queriam a derrubada ou retirada desse patrimônio para outro local.

Em um contexto de contínua obsolescência, os conceitos de memória, história, patrimônio e identidade se inserem em uma hierarquização discursiva, onde a memória é uma preocupação política e cultural das sociedades ocidentais contemporâneas (HUYSEN, 2000). Dessa maneira, a obra de Huyssen fornece noções de valor epistemológico que estão inseridas em um ambiente de escolhas e tomadas de decisão que ainda conversam com o conceito de *enquadramento*.

de memória, trazido pelo austríaco Michael Pollak (1989) de modo que esse enquadramento de memórias influencia não apenas a percepção do passado, mas também como essas memórias afetam comportamentos e decisões no presente, percebendo como as emoções, contextos e narrativas pessoais moldam a identidade e a maneira como se responde a situações futuras. Nesse sentido, um novo regime de patrimonialidade é visto, onde as preocupações com a estética e contemplação dão espaço, agora, para a consideração de afetos, sociabilidades e processo (TOURGEON, 2014).

Diante disso, instauração do artigo nº 216 na Constituição Brasileira de 1988 traz os sintomas da chamada “patrimonialização das diferenças” abordada por Regina Abreu (2015), onde a autora aborda a questão do novo dinamismo advindo dessas novas aberturas discursivas no campo da patrimonialização, chamando atenção para a novidade que trata acerca da “entrada na cena pública de segmentos sociais antes invisíveis, oriundos das camadas populares e de sociedades tradicionais” (ABREU, 2015, p 70). Dessa forma, se percebe a importância de sua obra frente aos processos que permeiam as ações advindas dos moradores do entorno da estação da Parangaba e as ações da CPTEP, onde ainda podemos concordar com Maria Cecília Londres Fonseca (2005), quando a mesma reitera que a valorização do patrimônio deve estar ligada à educação e à promoção da cidadania. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar as organizações, representações e discursos elaborados pelos diversos atores sociais envolvidos em torno do processo de tombamento da Estação Ferroviária da Parangaba e os diferentes usos do patrimônio.

2. METODOLOGIA

A pesquisa busca analisar as redes de sociabilização e tensões envolvidas no processo de tombamento da Estação. Para isso, é essencial cruzar fontes, incluindo documentos oficiais da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Estado do Ceará. Isso vem sendo desenvolvido a partir da sistematização de informações contidas em atas de reuniões, processos, ofícios, termos de cessão, decretos e projetos de lei de órgãos como o IPHAN, COMPHIC e SECULTFOR (antiga FUNCET), localizados em um dossiê fornecido pela própria SECULTFOR, que também contam com os dois pedidos de tombamento realizados - provisório e definitivo.

Nesse mesmo dossiê ainda se encontram ofícios, cartas, fotos e outros registros produzidos pelos moradores do bairro e membros do CPTEP, de modo a ver outras perspectivas de valores atribuídos ao bem, reafirmando a ampla participação política da comunidade junto aos órgãos oficiais do governo.

O estudo de periódicos vem sendo realizado e desempenha um papel essencial na compreensão da organização da mídia em contextos políticos, de modo a entender toda a querela, até porque, na época, um desses períodos foi usado como documento para a efetiva mobilização da comunidade junto ao Ministério Público. Não obstante, o uso de fontes orais também é imprescindível para o avanço da pesquisa, de modo que essa parte exploratória está em fase de planejamento e será colocada em prática em breve.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do estudo exploratórios, é possível pensar na tutela patrimonial e narrativa que o Estado promove em torno do tombamento da Estação Ferroviária da Parangaba, além do papel de coadjuvante do IPHAN nesse processo, trazendo novos pontos de análise para se pensar na forma como a perspectiva patrimonial é tida nos âmbitos municipais, estaduais e federais, assim como suas alianças e acordos.

O que interessa, aqui, é observar a variedade de órgãos públicos, pessoas e instâncias que se posicionam acerca do tombamento da Estação, pois a efetividade do uso do patrimônio deve, em si, legitimar o bem preservado (MENESES, 2006). Assim, o trabalho de construção de memória coletiva não está sempre condenado ao sucesso, visto que o trabalho com o patrimônio não depende, necessariamente, de sempre tensionar o presente e ressignificar o passado, mas de práticas, representações e ações intencionais, ao acaso, que podem encontrar ressonância junto ao seu público (GONÇALVES, 2005). Nesse contexto - pensando no hoje - de que forma a preservação foi benéfica para a população e cotidiano do bairro Parangaba, se colocado no eixo de articulação que trata dos conflitos entre preservação e ordenação urbana? A resposta pode ser que esse aspecto de ressonância tida anteriormente pode estar, para dizer o mínimo, em cheque, visto a pouca participação da que a população vem tendo quanto a tomada de decisões referentes aos usos do patrimônio.

Hoje, a Estação se encontra em processo de abertura para exploração comercial, o que significa que novos usos serão destinados para o patrimônio - mais uma vez sem consulta pública, pois esse assunto não foi tratado pela COMPHIC, órgão responsável por representação social patrimonial na Prefeitura de Fortaleza. Essas e outras questões precisam ser levantadas pois, apesar de outros usos dados à estação nos dias atuais, esse bem simboliza parte dos processos de luta e organização social em torno da preservação de um bem público e que viabiliza a história de um valor coletivo patrimonial que foi menos herdado e mais reivindicado (Nogueira, 2014).

Pensar em patrimonialização é não esquecer também de pensar em esferas de identificação, visto que esse processo entra em discussões e debates diversos, onde a forma utilitária, econômica, social e cultural de uso do patrimônio. Não raro, esses elementos se entrecruzam formando um prisma que necessita de análise minuciosa para chegar a uma devida conclusão.

4. CONCLUSÕES

Dessa forma, o ato de preservar um patrimônio, mesmo que democrático e por intervenção social e comunitária, deve atentar ao aspecto de vigilância e diálogo entre instituições e comunidade. No caso da Estação, essa não apenas foi uma luta, como continua sendo objeto de questões e discussões dos limites e processos de uma patrimonialização requerida mas não atendida devidamente.

Por isso, diante do exposto, se entende que conceitos como identidade, memória, narrativas e patrimônio são complexos, processuais, fluidos e, por vezes, se complementam; outras vezes se excluem, dado a forma como a lida com o patrimônio em conjunto com o local é feito. Porém, as demandas por direito à memória e uso de bens patrimonializados ainda se arrastam em discussões em fóruns sociais e nas ruas, pensando em qual o lugar desse patrimônio no bem viver das pessoas do entorno ao qual ele se localiza.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

- FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Capítulo de livro

- ABREU, R. M. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C. (Org.) ; DODEBEI, Vera (Org.) . **Memória e novos patrimônios.** 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de et al. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano.** [Debate]. Patrimônio : atualizando o debate. São Paulo: IPHAN.

Artigo

- GONÇALVES, J. R. S.. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, 11(23), 15–36.
<https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002>
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, v.7, n.14, p.45-67, jul-dez 2014.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Vol.2. n. I, 1989.
- TOURGEON, Laurier. Do Material Ao Imaterial. Novos Desafios, Novas Questões **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, vol. 5, núm. 1, dezembro, 2014, pp. 67-79 Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil.